

AS LEIS DO SILÊNCIO¹

A domesticidade constitui um fenômeno social importante no Brasil. Essa importância pode ser assinalada a partir de diferentes indicadores; estatísticos, principalmente. Assim, o IBGE avalia em mais de cinco milhões o número de pessoas que declaram como emprego principal o trabalho doméstico, o que representa, em média, 21 domésticas para cada 100 famílias². Além disso, essa ocupação essencialmente feminina (92,8%) absorve uma parte importante das mulheres ativas: 17,8%, atingindo o máximo de 29,9% por faixa etária compreendida entre 15 e 19 anos (documento 1)³.

Documento 1

Divisão por faixa etária das mulheres com 10 anos ou mais, ocupadas e trabalhadoras domésticas

Fonte: IBGE, PNAD 1997

Faixas etárias	Total de mulheres ocupadas	Trabalhadoras domésticas	
		Nº	%
10-14 anos	821.633	176.169	21,4
15-19 anos	2.686.777	802.058	29,9
20-24 anos	3.512.781	711.721	20,3
25-29 anos	3.525.656	582.546	16,5
30-39 anos	7.295.028	1.231.759	16,9
40-49 anos	5.465.077	853.425	15,6
50-59 anos	2.664.721	376.478	14,1
60 anos ou mais	1.379.471	130.777	9,5
TOTAL	27.351.144	4.864.933	17,8

CHRISTINE JACQUET*

RESUMO

O artigo discute o tema da domesticidade, percebido como fenômeno social relevante no cotidiano da família brasileira. A presença expressiva de domésticas contrasta com o frágil interesse pelo assunto por parte dos cientistas sociais. O silêncio acadêmico associa-se, segundo a autora, a uma concepção historicamente construída nas ciências sociais, que influenciou os objetos de escolha, priorizando as estruturas em detrimento dos indivíduos. As domésticas "desaparecem" no rol das categorias genéricas de subemprego, trabalho não-produtivo, setor informal, limitando a análise dessa categoria, às diferenças entre formas específicas de trabalho.

* Doutora em Sociologia. Professora da Universidade de Fortaleza-UNIFOR.

Essas primeiras estimativas deixam entrever o peso que podem representar as domésticas na vida cotidiana das famílias brasileiras (sua família de origem e as famílias dos empregadores). Aliás, elas são onipresentes nas conversas entre donas de casa; na televisão, nas publicidades que vendem tal ou tal produto de limpeza, nas telenovelas onde elas aparecem ora como intrigantes, ora como cúmplices de seus patrões. Elas participam

ocasionalmente da iniciação sexual dos garotos⁴. Elas alimentam também as seções policiais dos jornais locais ou ainda são engajadas na campanha eleitoral de um candidato à eleição presidencial (documento 2, na página seguinte).

Todavia, as domésticas não fazem parte dos objetos de estudo privilegiados pelas ciências sociais⁵ brasileiras. Poucas pesquisas e trabalhos são a elas, com efeito, consagrados. Em 1976 Elizabeth Jelin observava a inexistência de estudos "que descrevam e analisem esse tipo de ocupação e as relações que ela gera"⁶. Mesmas conclusões da parte de Heleieth Iara B. Saffioti [1978], que observa que o tema é raramente analisado tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Certo interesse começa a despontar na metade da década de 70, quando os movimentos feministas se desenvolvem, mas permanece, ainda hoje, bastante limitado; Eduardo Diatahy B. de Menezes prefaciava assim o livro de Zaíra Ary Farias intitulado *Domesticidade: "cativo" feminino?* publicado em 1983: "ela [a empregada doméstica] não constitui uma questão cen-



36 de setembro. 28 horas, em casa, com a filha Beatriz, os filhos e a primeira filha na universidade da... ...empregada doméstica "Dona" de casa...

tral da produção sociológica dominante no Brasil". O inventário da bibliografia de Zaíra Ary Farias é, a esse título, eloqüente; entre todas as obras citadas (140 no total), qualquer que seja sua natureza – textos literários, jornalísticos ou científicos – e sua área geográfica de referência, 6 (somente) têm por objeto as domésticas do Brasil; a mesma constatação pode ser feita a partir da tese de Suely Kofes, defendida em 1990 na Universidade de São Paulo, e que trata das relações entre domésticas e patroas: sobre as 189 referências bibliográficas presentes na obra, 7 se referem às empregadas domésticas e foram escritas por brasileiros.

Face ao pouco interesse que as ciências sociais brasileiras têm dispensado à domesticidade, mesmo considerando que esta última constitui um fenômeno social importante – ao menos numericamente – no Brasil, a questão que prenderá nossa atenção neste artigo, volta-se sobre as razões desta indiferença relativa; tal interrogação nos conduzirá a discutir as escolhas teóricas adotadas por alguns pesquisadores brasileiros que estudaram a domesticidade.

A CIÊNCIA: UM MEIO DE AÇÃO

Uma certa concepção da sociologia que se pode qualificar de instrumental, prevaleceu ao menos até o fim da década de 80: ela era, então, considerada como meio de diagnóstico e de transformação da realidade social. Uma tal concepção contribuiu para limitar a produção científica relativa às domésticas, por um lado orientando os campos de investigação (assim como as problemáticas de pesquisa) e por outro, designando um papel bastante específico aos pesquisadores.

Desde o fim do século XIX, os positivistas, cuja importância foi preponderante no Brasil no domínio da educação, souberam impor uma visão utilitária da ciência: esta devia conduzir ao progresso. A sociologia brasileira se desenvolveu ao mesmo tempo em acordo e em oposição a essa corrente de pensamento; acordo sobre os objetivos: resolver os problemas nacionais⁷; oposição quanto aos meios: formar elites constituídas a partir de um saber técnico, para uns e de um saber científico, para outros⁸.

A partir do golpe de Estado militar de 1964 e da sua substituição por um regime autoritário, as ciências sociais se politizaram: os pesquisadores adotaram, então, uma postura mais militante destinada a combater a ditadura e se engajaram numa reflexão crítica visando denunciar o agravamento das desigualdades internas à sociedade, pensada como o resultado da falência da aplicação do modelo “desenvolvimentista” iniciado pelo governo militar. Desde então, numerosos sociólogos foram chamados a redefinir os objetos e os métodos da sociologia. Assim, numa obra publicada em 1965, *Une zone explosive: le Nordeste du Brésil*, Josué de Castro, com uma abordagem nem sempre isenta de um certo entusiasmo que se pode qualificar de positivista, rejeita o academismo da “antiga sociologia” de “caráter pseudocientífico”, em proveito da “nova sociologia”, na qual ele defende o “valor científico”:

Esse ensaio, não é um ensaio de sociologia clássica, dessa sociologia acadêmica, fechada numa camisa de força de uma metodologia que procurou sempre separar, na sociologia, o pesquisador do homem e que sempre limitou a função do sociólogo ao simples inventário de tudo aquilo que se apresenta a seus olhos teleguiados por métodos de trabalho consagrados. Nosso estudo é o oposto desse gênero de ensaio: é um estudo de sociologia participante ou engajada; de uma sociologia que não teme intervir, por suas descobertas, na marcha das transformações sociais e que, por essa razão, não tem o menor interesse em dissimular os traços de uma realidade cuja revelação poderia trazer prejuízo a certos grupos, a certas classes dominantes.

Adiante, na mesma obra, Josué de Castro observa que o engajamento faz parte integrante da prática sociológica:

Não há realidades fora de nosso campo de observação: só há possibilidades. A transição do possível ao real se produz durante o ato de observar (...). É, em nosso ponto de vista, essa intervenção inevitável do observador-sociólogo, no

processo social mesmo, que torna impossível sua não participação nos fenômenos que ele estuda, que impede toda pretensão a obter do real uma imagem que não seja deformada, não por sua ideologia, mas simplesmente por sua idealização, quer dizer, pelas imagens preconcebidas de seu conhecimento existencial.

Por sua vez, Fernando H. Cardoso [1984] esboça em 1972, uma teoria da produção teórica:

Não há (senão num plano lógico) separação nítida entre (...) a teoria e a política. O conceito nasce “impuro” na luta concreta (teórica e política). (...) Excomungar um conceito ou um campo teórico, pela impureza de suas origens vizinhas da ideologia, é de interesse puramente escolástico e formal. As teorias não nascem de outro modo. A ideologia reflete, sabe-se, de maneira invertida e, às vezes, subvertida, uma parte do real. A ciência trabalha com idéias que já existem, produto da vida intelectual, política, quotidiana, e as transforma no curso de um processo de lutas concretas evocadas precedentemente, em um ‘conhecimento racional’ sinais que toda relação social emite implicitamente.

No correr dos anos 80, com a abertura democrática, a politização das ciências sociais tende a recuar: *não temos mais um grande inimigo em comum*, observa a socióloga Elisa Reis numa entrevista concedida à *Revista Brasileira de Ciência Social*, destinada a fazer um balanço das ciências no curso dos últimos anos. Contudo, o engajamento permanece ainda atual, não pertence ao passado; é uma constante da produção doutra⁹. E, mesmo se o ativismo não possui mais tanta aceitação, interroga-se sempre sobre *a apropriação social de estudos e pesquisas*, para concluir que *a influência da produção intelectual, a propósito do problema regional sobre o processo decisional, foi muito limitada no curso da última década*⁰. Eloqüente a esse respeito, também, é uma das questões presentes no artigo da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (aqui, já evocado), assim como a resposta dada por Elisa Reis: solicitada sobre os

“impactos das ciências sociais na sociedade nacional”, a socióloga responde:

Quanto a esse aspecto, gostaria de destacar sobretudo a questão da importância política e da relação. Creio que essa é uma característica essencial da ciência social brasileira: estamos o tempo todo em vias de realizar uma missão nacional. É assim que tendemos a ver o exercício de nossa atividade profissional. Pessoalmente, eu valorizo isso. Certamente, porque estou inserida nessa cultura. Penso que, se há uma coisa que nos une, que faz realmente de nós uma comunidade de pesquisadores em ciências sociais no Brasil, um dos aspectos mais fortes de nossa prática, é essa forte identificação que nós temos com a causa nacional. (...) Mas, mesmo na qualidade de categoria social, como intelectuais, continuamos, de certa maneira, a pensar em nossa missão nacional, em nossa obrigação face à sociedade brasileira. Que contribuição podemos dar? Posso estar enganada, mas a partir das relações que tenho com colegas estrangeiros e de minha experiência de ensino fora do Brasil, penso que esta dimensão é muito mais presente para os pesquisadores em ciências sociais brasileiros do que para muitos outros.

Ora, essa tradição de engajamento contribuiu para homogeneizar as problemáticas das pesquisas e para favorecer as interpretações inspiradas no marxismo. Assim, ela conduziu as ciências sociais brasileiras a se interessar por objetos e a privilegiar categorias (tais como o estudo dos conflitos sociais), que serão apreendidos em termos de lutas de classes, pouco propícios à análise das domésticas, frequentemente mais inclinadas a esconder a natureza de sua atividade profissional que a desenvolver qualquer consciência de classe, assim como sugere a fala exemplar de uma doméstica de 76 anos, Roberta (documento3) e assim como o constata Alda Brito da Motta [1986] no seu estudo das relações de trabalho e de poder realizado a partir da relação doméstica/patroa: *enquanto a empregada se sente afetivamente ligada à família dos patrões e se identifica com seus hábitos e as-*

pirações, o desenvolvimento de sua identidade de classe será retardada.

Além disso, como observa Elisa Reis no fragmento de entrevista que foi exposto, a concepção preferencialmente instrumental das ciências sociais brasileiras, atribui aos pesquisadores um papel fundamental na transformação da sociedade, aquele de “testemunhas-participantes”; ora, esse papel é, com frequência, dificilmente conciliável com a posição de patrões.

Documento 3

Fragmento do discurso de Roberta, doméstica de 76 anos

Faz 56 anos que moro aqui com eles[patrões], eu me entendo muito bem com eles e com toda a família. Eu criei todas as crianças, gosto da família deles porque fui eu que os criei. Quando uma criança nascia e que eles[patrões] davam-na para mim, era a coisa mais importante de minha vida. Eu não era a mãe, mas eu criava essa criança com todo o carinho que uma mãe pode ter. Ainda hoje eu as amo, amo de tal modo minhas crianças, como se elas fossem minhas.(...) Quando meus pais morreram, Seu João[patrão] me disse: “sua casa é aqui, sua família está aqui, as crianças que você criou são como se fossem seus filhos, a única coisa que você não fez foi os fazer nascer(...) você não tem mais pai, mas o que eu puder fazer você, eu e minha mulher faremos”, e eles fazem. Quando estou doente, eles me tratam como se eu fosse uma pessoa da família deles. Meus patrões são como pais, não me deixam faltar nada.

SER INTELLECTUAL E PATRÃO

Com efeito, os pesquisadores não são somente cidadãos brasileiros, mas também intelectuais: membros da elite pensante e esclarecida, eles devem ser conscientes e responsáveis. Como tais, sua missão consiste em denunciar as injustiças, os desequilíbrios,... visando elaborar ou participar da elaboração de proposições de transformação de seu país¹. Assim, em 1979, no curso de uma cerimônia de nomeação de doutor *honoris causa* na Sorbone, o antropólogo brasileiro resumia sua carreira evocando seus diversos combates – que são outro tanto de reveses, diz ele: em favor dos

índios, da alfabetização, da reforma agrária, contra as empresas multinacionais; abordando o espírito que presidiu a criação da Universidade de Brasília, da qual foi reitor, ele observava:

Nós, a intelligentsia brasileira quisemos dotar nossa nova capital do país de uma Universidade possibilitadora de um desenvolvimento nacional. Nós ousamos repensar radicalmente a Universidade como instituição central da civilização (...) Nosso objetivo era fazer da capital brasileira a sede da consciência crítica nacional, nossa intenção era promover a convergência do saber e do ímpeto revolucionário, com o fito de cumprir a única missão que importa ao intelectual de um povo privado de sua história: a de exprimir, enfim, suas potencialidades para uma civilização própria.¹²

Lembremos que Darcy Ribeiro ocupou o cargo de Ministro da Educação antes da ditadura militar; o sociólogo Florestan Fernandes foi candidato às eleições legislativas e seu colega Fernando Henrique Cardoso se tornou, após as eleições gerais de outubro de 1994, Presidente do Brasil.

Todo pesquisador ambiciona, então, realizar uma pesquisa operacional. Tal é a contribuição do intelectual brasileiro à sociedade, seu engajamento para com os seus¹³. E é, aliás, nesse sentido que o mestre saúda o aprendiz: Eduardo Diatahy B. de Menezes, professor de sociologia da Universidade Federal do Ceará, conclui, assim, o prefácio do livro de Zaíra Ary Farias [1983] que trata das domésticas fortalezenses:

Estou certo de que este trabalho fornecerá uma contribuição fundamental para a elucidação da via que permitirá sobrepujar as condições que fazem perdurar essa forma particular de aviltamento. Frações consideráveis de nossos semelhantes aguardam, com impaciência, esse momento que tarda, com escândalo para nossas consciências.

Mas como ser um intelectual, empregando uma ou várias domésticas? Quer dizer, como denunciar as iniquidades e a dominação social, sendo, das mesmas, co-partícipe?

O mal-estar que provoca nas boas consciências intelectuais a existência de domésticas, essa “multidão” de seres humanos mais ou menos tornados anônimos pela pobreza e pelas iniquidades gritantes e injustas¹⁴, é particularmente agudo entre (as) intelectuais, sensíveis às problemáticas feministas ou militantes feministas; o mal-estar dos intelectuais torna-se culpabilidade das intelectuais: do fato da inexistência de serviços tais como creches, lavanderias, etc., sua emancipação (delas) não teria podido se realizar, dizem-nos; é pela sujeição de outras mulheres, liberando-as das tarefas domésticas e, às vezes, familiares, que lhes foi permitido exercer uma atividade profissional. Assim, Walnice Nogueira Galvão, professora universitária e escritora, que com algumas amigas fundou um grupo, *algo bastante informal*, tendo por objetivo *refletir em comum sobre o fato de algumas de nós não se sentir bem como mulher*¹⁵, confessa no curso de uma entrevista:

A instituição das empregadas domésticas é, com efeito, o que permite às mulheres serem independentes, a mulheres, como eu, fazerem carreira. Não se pensa suficientemente nela ou, antes, o sentimento de culpa é tão forte que se prefere nem falar. No grupo da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), um dos trabalhos apresentados por uma amiga, uma mulher muito esclarecida, trazia precisamente sobre isso, sobre o fato de uma intelectual tão avançada, tão vigilante, não poderia tornar-se quem é, sem a exploração de uma outra mulher, uma mulher que não cuidou da própria família para tomar conta da sua. É um ponto muito delicado. Trata-se de uma outra pessoa, uma pessoa como nós¹⁶.

Não somente devedoras, mas dependentes. As intelectuais expiam sua culpa por intermédio de uma tentativa de reabilitação das domésticas que repousa sobre o retorno da dependência: a um só tempo patroas e dependentes das domésticas. Apoiando-se sobre as respostas das donas de casa e das domésticas a diversas questões feitas por ocasião de sua pesquisa de campo, Zaíra Ary Farias [1983] vê no

caráter repulsivo das tarefas domésticas *a prova da dependência que nós, donas de casa, temos frente às empregadas domésticas. Fardo pesado e empobrecedor (...) que provoca fadigas, isolamento do resto da sociedade, sentimentos de impotência e de inferioridade*, as tarefas domésticas não podem ser afastadas; mas, por isso mesmo, demanda uma congênere para delas se encarregar.

Uma segunda via expiatória da culpa nos é apresentada por Branca Alves (pioneira do Movimento das Mulheres, fundadora do Centro da Mulher Brasileira); ela permite às intelectuais outorgarem a si um papel político que elas não tinham até então, colocando-se como representantes das mulheres:

A maioria de nós pertence à burguesia e temos consciência, por exemplo, que não chegamos a nos libertar continuando a praticar a opressão sobre um outro grupo. Temos todas uma empregada em casa, eu exploro uma companheira de meu sexo e essa divisão de tarefas me permite fazer minhas pesquisas – concluo um mestrado em ciências políticas. (...) Os limites e os defeitos do movimento, nós os conhecemos, ensaiamos de os levar em conta. Ao mesmo tempo, é certo que nosso trabalho teórico será proveitoso para todas as mulheres. E, nossas ações concretas, diretamente ligadas aos problemas urgentes da trabalhadora das classes populares – demandas de creches, instauração de um processo em vista da revisão da Legislação do Trabalho, etc. – permitem-nos, já, parece-me, um início de linguagem comum.¹⁷

E a palavra de umas tornou-se palavra de todas, graças a um consenso procurado e obtido por meio de ‘ações concretas’ que as permitem se fazer reconhecer como representantes; as domésticas são também uma justificação cômoda. O processo de construção da hegemonia política das intelectuais implica um trabalho de construção do grupo baseado na pertença sexual, quer dizer, uma identificação dos interesses das mulheres das classes populares àqueles das intelectuais. As diferenças sociais são relegadas, temporariamente, a segundo plano, sem serem

jamais negadas. O reconhecimento de sua pertença é indispensável às intelectuais para lhes permitir que se pensem e se apresentem como a fração mais esclarecida do grupo, aquela que posa de vanguarda e, por conseguinte, de porta-voz; em suma, para envolver com uma aura de legitimidade a usurpação da palavra.

A DOMESTICIDADE PRESA DA MODERNIDADE

Uma outra explicação possível do silêncio a propósito da domesticidade, encontra-se na preocupação que manifestam as classes médias brasileiras em demonstrar sua modernidade. Como assinala Roberto Grün [1992]: *Moderno é uma palavra de conteúdo intrinsecamente positivo na sociedade brasileira. Quando um indivíduo, uma instituição, uma empresa ou um setor da economia são considerados modernos, são, automaticamente, bem vistos, seus atos são avaliados a partir de sua faceta mais agradável, seus pontos de vista são tomados em conta com atenção e sua produção é bem aceita no mercado brasileiro. Nada mais natural, então, que o rótulo de moderno seja um qualificativo disputado permanentemente nos diversos campos de atividade.* Portanto, as domésticas, pintadas como figuras exemplares de múltiplas dominações¹⁸, das quais algumas são herdeiras de uma outra época¹⁹, contrariam, em certa medida, os esforços despendidos pelos membros das classes médias (das quais são os pesquisadores em ciências sociais) para se pensarem e se mostrarem modernos. Com efeito, analisada a partir de um esquema explicativo de tipo bipolar, no qual o arcaico e o moderno constituem as duas categorias essenciais de conhecimentos mobilizadas para definir a formação social brasileira, a domesticidade é considerada como um arcaísmo.

O Brasil é, muito freqüentemente, apreendido, tanto por autores nacionais quanto por estrangeiros, como um espaço em duas dimensões. A origem do uso desses modelos binários, qualquer que sejam os termos que componham a binaridade, é antiga. Maria Isaura Queiroz

destaca o fato de Gilberto Freyre ter sido um dos primeiros pensadores brasileiros a analisar a realidade de seu país com recurso de uma série de conceitos bipolares²⁰. Após seu célebre *Casa Grande e Senzala*²¹, editado pela primeira vez em 1933, fez escola ao ponto de Roberto da Matta – o mesmo que recusa a bipolaridade como característica brasileira e milita em favor do número três²² – fala de *uma lógica ternária como base de compreensão da vida social brasileira*²³, não chegando, todavia, a emancipar-se de sua herança; no seu livro *Carnavais, bandidos e heróis*²⁴, define, assim, o que considera ser a oposição central da sociedade brasileira: *há, de um lado, um conjunto de relações pessoais estruturadas, sem as quais ninguém pode existir integralmente; de outro, um sistema legal, moderno, individualista (fundado no indivíduo), ancorando seu modelo e sua inspiração na ideologia liberal e burguesa*.

Mas, inovação metodológica, a alternativa tende, após Roberto Da Matta (justamente quem, apesar de tudo, mostrou o caminho) a se enriquecer de uma terceira componente. Entramos na era da tripolaridade, sendo três o número da mediação:

*Ela [a medição das relações] nos parece, em compensação, constitutiva da cultura brasileira, cultura da mediação, que não opõe jamais duas entidades (como as dualidades que tanto nos aprazem na Europa) mas procura, ao contrário, sempre as reunir. No Brasil, não há branco e negro, mas branco, negro e índio. Não há o humano e o divino, mas o humano, o divino e os intermediários que são os santos. Não há passado e presente, mas passado, presente e a famosa saudade, que é a permanência do passado no presente. Não há um sim absoluto e um não definitivo, mas a terra, o céu e o céu que desce sobre a terra. Não há mortos e vivos, mas vivos, mortos e os espíritos dos mortos que reencarnam. Não há, enfim, corpo e alma, mas corpo, alma e o médium que vai tentar reuni-los.*²⁵

Todavia, a inovação é portee limitada: o modelo ternário é construído a partir dos mode-

los binários nos quais é introduzido um terceiro termo, reatando os dois pólos iniciais.

Entre os diversos esquemas bipolares existentes, um dos mais em voga é aquele que opõe modernidade e arcaísmo. Essa dicotomia é uma constante-freqüentemente implícito- na produção doutra para caracterizar fenômenos os mais diversos, ao ponto de tornar-se um lugar comum. Os termos “moderno” e “arcaico”, segundo os autores, recobrem e confundem, cada um sob uma categoria genérica, inumeráveis realidades. O capitalismo, a riqueza, as grandes cidades, a racionalidade, o sistema de leis, o Ocidente, a ordem, a nação, o indivíduo, os “sistemas complexos e mais maduros”²⁶ São Paulo, o litoral, ...representam o mundo moderno; o informal, as fazendas, a pobreza, o subdesenvolvimento, o interior árido do país(o sertão), o povo, o misticismo, a hierarquia, a marginalidade, a desordem, a pessoa, as economias dependentes, o Nordeste, ...o mundo tradicional. E, obviamente, os segundos são menos definidos por suas características intrínsecas, que por referência negativa aos primeiros.

A questão da relação entre a modernidade e o arcaísmo foi conceituada de duas maneiras diferentes. Nos anos 50, a teoria da dualidade postula a oposição (geradora de conflitos) entre um setor socioeconômico desenvolvido de uma parte, e uma organização tradicional que, com o impulso do capitalismo, é levada a desaparecer, de outra parte. No final dos anos 60, a teoria da dualidade é substituída por outra: a teoria da heterogeneidade. Passa-se de uma abordagem desenvolvimentista a uma abordagem em termos de dependência. O conceito de dependência, oriundo da dialética marxista, aparece primeiro nas análises críticas das teorias do desenvolvimento produzidas por economistas liberais; leva em conta a dimensão tornada internacional das economias nacionais e concebe o subdesenvolvimento não mais como uma etapa normal e conjuntural, mas como um fenômeno histórico e estrutural particular fruto da dominação dos países desenvolvidos. Assim, observa Fernando H. Cardoso [1984], *os trabalhos sobre a dependência desencadearam uma onda de conversões nos meios científicos; a par-*

tir de fins dos anos 60, a problemática da heterogeneidade torna-se, com efeito, hegemônica, desposando-a, ainda, intelectuais não-marxistas ou não preocupados com questões do subdesenvolvimento²⁷.

No plano do esquema interpretativo bipolar, a domesticidade é analisada como um arcaísmo; o crescimento do emprego doméstico seria inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento de uma formação social. Sua sobrevivência, num contexto capitalista e industrial, é explicada pelo caráter específico da formação social brasileira²⁸; essa especificidade residiria, em última análise, e apesar de um vocabulário numerosas vezes renovado, na relação heterogênea que une modernidade e arcaísmo. A domesticidade é, então, definida como uma atividade econômica engendrada pelo capitalismo mas não capitalista – posto que não produza mais-valia – nem pré-capitalista – visto que nos sistemas de produção pré-capitalista o trabalho doméstico não é assalariado – exercido numa instituição não capitalista – a família – e caracterizada por relações de trabalho governadas pela arbitrariedade e o paternalismo. Assim, as análises são arquitetadas com uma aparelhagem conceitual de inspiração marxista, nem sempre livre do economismo. São discutidas questões tais como o valor social do trabalho doméstico, a origem histórica da divisão sexual das tarefas, o papel das domésticas, a participação da mulher na economia capitalista brasileira,... e autores tais como Engels, Marx, Rosa Luxemburgo, Simone de Beauvoir, são convidados. As domésticas desaparecem sob as categorias genéricas de subemprego, de trabalho não produtivo, de setor informal... e cada uma dessas noções produz definições e redefinições do objeto, conduzindo a algumas correções, quer dizer, a uma super oferta de qualificativos matizadores do conceito, super oferta destinada a ajustar os conceitos às observações. Porquanto o modelo mesmo permanece inalterado; portanto, inevitavelmente, as observações aparecem como outro tanto de exceções. Inevitavelmente, pois os conceitos têm pretensão universal. Heleith Saffioti [1978], por exemplo, lastimando o caráter descritivo dos

trabalhos existentes, orienta seu estudo das domésticas de Araraquara, município situado no Estado de São Paulo, no sentido da elaboração de uma teoria de articulação entre o modo de produção capitalista e as formas não capitalistas de trabalho, sua tese sendo que o capitalismo, na sua dinâmica, tem necessidade das formas não capitalistas de trabalho para se reproduzir em grande escala; ela anuncia claramente sua intenção:

Sob o prisma teórico, temos a intenção de colocar uma problemática da doméstica válida, fundamentalmente, para todas as formações sociais capitalistas, para as formações pouco industrializadas ou de industrialização dependente. Nesse sentido, as diferenças no plano do real, entre uma região e outra, uma cidade e outra, uma formação social capitalista e outra, são insuficientes para se opor à penetração científica da engrenagem capitalista que, de maneira mais ou menos intensa, organiza a atividade de trabalho de diferentes maneiras, de modo melhor explorar seus agentes.

Essa forma de explicação pode, praticamente, economizar a realização de pesquisas de campo. Toda interrogação sobre um tema particular, as domésticas, as festas,... insere-se numa interpretação global da sociedade brasileira com categorias muito gerais que eliminam as nuances, as variações, as diferenças²⁹. A questão da domesticidade – como qualquer outra questão, aliás – é menos abordada numa perspectiva científica que numa perspectiva política; as domésticas são, antes de tudo, um sujeito ideológico mais que um objeto sociológico. Portanto, a ideologia que transforma, mecanicamente, os postulados em constatações, é um posicionamento que condena as domésticas a não passarem de uma ilustração de uma teoria geral da sociedade brasileira elaborada por alguns intelectuais em busca de justificação³⁰. Elas são figuras paradigmáticas da pobreza, da exploração, da alienação (social, sexual, racial) e de sua denúncia, para as quais elas servem de pretexto. De modo que as domésticas não são

jamais estudadas por elas mesmas mas pelo que se faz elas representarem.

O inventário dos diferentes trabalhos produzidos sobre as domésticas brasileiras nos levou a constatar o frágil interesse que essa população suscitou entre os cientistas sociais. Tentamos, então, isolar alguns fatores explicativos desse silêncio relativo, o que nos permitiu melhor compreender as análises desenvolvidas, ressitando-as no campo intelectual brasileiro.

A raridade da produção científica consagrada às domésticas é associada a uma concepção historicamente determinada das ciências sociais brasileiras que influenciou fortemente suas escolhas de objeto e homogeneizou suas proposições teóricas. Com efeito, desde suas origens, a pesquisa científica brasileira foi confrontada com o problema de sua utilidade imediata e foi posta a serviço da ação política; nesse contexto, a missão designada aos pesquisadores torna difícil a conciliação de suas qualidades de intelectual e de patrão. Uma tal concepção da ciência, favoreceu o desenvolvimento das análises marxistas, nas quais as práticas das domésticas, reduzidas a um sistema de desvantagens e de exclusões, não possuem um sentido próprio, mas figurado, aquele que lhe confere a unidade pressuposta da dominação, quer dizer, aquilo que lhe reconhece a cientificidade à medida que estão conforme as realidades que ela construiu e os valores que ela defende; isso vem a lhe dar uma coerência *a priori* e a partir do exterior. Sua complexidade é negada por ser relegada ao universo indiferenciado da falta, constituído pelo pesquisador que é, também, e sempre- ao menos no momento no qual empreende sua pesquisa- um patrão. As condutas das domésticas são relacionadas, direta e mecanicamente, à sua condição de pobres: massa na massa, cujo único critério de agregação é a insuficiência de recursos. Pondo acento sobre o peso dos determinismos sociais e o alcance dos contrastes que pesam sobre as domésticas, esses trabalhos são incapazes de darem conta da dimensão simbólica das condutas e recusam às domésticas qualquer qualidade de ator, relegando-as à

submissão e à espera passiva da infelicidade. Ora, assim observa Jean-Claude Passeron, *“Dominar”, materialmente ou simbolicamente, é uma relação tão genérica que não permite jamais fundar a descrição sobre outra coisa que não características muito gerais – e, no limite, trans-históricas – da condição dominada*¹. O equívoco desses trabalhos é, então, inscrever-se e propor uma teoria da realidade social brasileira que ponha em cena estruturas, mais que indivíduos, oferecendo a imagem de uma sociedade estática, sobre o fundo da ideologia e do economismo apagando toda diferença, mas, sobretudo, toda possibilidade de diferenciação.

NOTAS

- ¹ Esse artigo retoma o primeiro capítulo de uma tese de doutorado em sociologia defendida na França (Universidade de Lyon 2).
- ² *A título de comparação, na França do século XIX, século que conhece um importante impulso da população doméstica, sua proporção era bem mais fraca: em 1896, por exemplo, não se contavam 84 domésticas para cada 1000 domicílios, segundo P.GUIRAL e G. THUILLIER [1978]. É somente a partir de 1914 que seu número começou a declinar.*
- ³ *Do fato da forte feminização do emprego, a pesquisa a partir da qual esse artigo foi escrito, levou em consideração somente as empregadas domésticas, excluindo a população masculina; donde o uso do feminino para fazer referência à população estudada.*
- ⁴ M.BOZON, M. L. HEILBORN [1996].
- ⁵ O termo *ciências sociais* designa, nesse artigo, a sociologia e a antropologia.
- ⁶ Citado por Z. Ary Farias [1983]
- ⁷ *“na Universidade, por exemplo, ensinava-se o positivismo em sociologia e não em filosofia. (...) Auguste Comte queria mudar a sociedade a partir de um conhecimento experimental das coisas”, entrevista de Paulo Mendoca recolhida por C. Pisa, Le Magazine Littéraire [1982].*
- ⁸ Ver, particularmente, na revista *Préfaces* [1989], os artigos seguintes: P. Arantes “Le positivisme au Brésil. Brève présentation du problème par un

lecteur européen”; P. Petitjean “L’influence scientifique française au Brésil entre 1800 et 1940”; M. H. Rolim Capelato et M. L. Coelho Prado “A l’origine de la collaboration universitaire franco-brésilienne: une mission française à la faculté de São Paulo”.

⁹ Esta preocupação das ciências pela ação transformadora da sociedade é instituída: inscreve-se na estrutura mesma das universidades brasileiras que compreende atividades de ensino, pesquisa e extensão. DERMEVAL SAVIANI [1987] define a extensão como “a articulação da universidade com a sociedade”. Uma tal organização das universidades indica que a concepção instrumental das ciências atravessa o conjunto do campo científico brasileiro, não sendo uma marca apenas das ciências sociais. W. CANO et L. GUIMARAES NETO [1986].

¹¹ *é freqüente que os intelectuais se invistam da competência (no senso quase jurídico do termo) que lhes é socialmente reconhecida, para falar com autoridade bem além dos limites de sua competência técnica, em particular no domínio da política. Esta usurpação, que está no princípio mesmo da ambição do intelectual à antiga, presente em todos as frentes do pensamento, detentor de todas as respostas, encontra-se, sob outras aparências, no “apparatchick” ou no tecnocrata que evoca Diamat ou a ciência econômica para dominar. (...) Os intelectuais outorgam para si o direito de legislar sobre todas as coisas em nome de uma competência social que é, com freqüência, independente da competência técnica que ela parece garantir (P. BOURDIEU, 1984).*

¹² *Le Magazine Littéraire [1982].*

¹³ *O engajamento não é limitado somente às ciências sociais; é, também, onipresente em literatura e isso desde os anos 20, quando o movimento antropofágico, fundado por ocasião da Semana de Arte Moderna, almejava não somente criar uma arte nacional, mas, igualmente, transformar a sociedade brasileira. Mais tarde, Jorge Amado se tornou o representante mais famoso, mas não exclusivo, da literatura engajada: “Eu jamais quis ser outra coisa que um escritor de meu tempo e de meu país. Jamais tentei fugir do drama que nos foi dado viver, de um mundo agonizante a um mundo nascente”; por outro lado, citamos Antônio Cândido (“Acho que o engajamento é facultativo, mas eu creio ser necessário que os escritores sejam responsáveis como cidadãos e que eles protestem*

*quando o governo de seu país persegue e tortura os opositores. Pessoalmente, sou um escritor engajado. Romancista, não chego a ignorar a realidade de meu país. Quando sei que pessoas são aprisionadas por “delitos” políticos, torturadas, tenho dificuldade em escrever”), Osman Lins (“Como escritor, estou voltado para o universo, mas permaneço ligado, profundamente, à realidade de meu tempo, ao cotidiano de meu povo. É possível que isso prejudique meus romances, que comprometa a unidade deles. Pouco importa. Aceito o risco. O que não quero é me dissociar dos problemas, do drama do homem brasileiro de hoje”) mas também João Antônio, Rubem Fonseca, Érico Veríssimo, Antônio Torres, Carlos Drummond de Andrade e uma multidão de outros “cidadãos-escritores” (as citações são trechos de *Le Magazine Littéraire [1982]*). A redução política da arte conduz, freqüentemente, a um populismo de convicção; o estigma voltou: o popular exaltado e o não-popular rejeitado. Jorge Amado ainda: “nossa literatura tem por herói fundamental o povo brasileiro. Nos raros momentos onde (...) se tentou substituir o povo pela classe média como personagem e apresentar seus problemas miseráveis, artificiais a maioria das vezes, como fabricantes de grandeza, de universalidade e de comunicação, no lugar de problemas sociais e humanos da massa do povo, sentiu-se, de maneira evidente, uma ruptura com a tradição mais sólida e uma queda de qualidade.”*

¹⁴ *Z. ARY FARIAS [1983].*

¹⁵ *M. LAPOUGE, C. PISA [1977].*

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Nós consideramos ‘nossas’ empregadas domésticas como representativas das mulheres pobres, mas também de todas as pessoas que se encontram nessa condição social, Z. ARY FARIAS [1983].*

¹⁹ *Durante o período escravagista, as domésticas eram recrutadas entre as escravas.*

²⁰ *Citado por R. ORTIZ [1985].*

²¹ *G. FREYRE [1974].*

²² *Ver, por exemplo, R. Da MATTÁ [1988].*

²³ *Internacional do Imaginário [1987].*

²⁴ *R. Da MATTÁ [1983].*

²⁵ *M. AUBREE, F. LAPLANTINE [1990].*

²⁶ *C. CAVALCANTI, R. DUARTE, [1980].*

²⁷ *Sobre a gênese da teoria da dependência, ver F. H. CARDOSO [1984].*

- ²⁸ RENATO ORTIZ [1985] vê, na pesquisa obstinada (por parte dos intelectuais brasileiros) de uma especificidade nacional, a necessidade de um país dominado de construir, para si, uma identidade que se oponha ao pólo de dominação: *Poderíamos nos perguntar o porquê dessa insistência em procurar uma identidade que se oponha ao estrangeiro. Creio que a resposta pode ser encontrada no fato de sermos um país desses que chamam Terceiro Mundo, o que significa que a resposta é uma imposição estrutural que se põe a partir da posição dominada na qual nos encontramos no sistema internacional.* Essa busca da especificidade se manifesta na obsessão do país em não imitar os modelos e as idéias dos países desenvolvidos. O debate entre intelectuais brasileiros do século XIX em torno das idéias estrangeiras é recorrente e permanece, ainda hoje, válido: cópia, reelaboração, sincretismo ou invenção? Renato Ortiz observa, ainda, que, no início dos anos 50, Guerreiro Ramos *descobre dois traços fundamentais da sociologia brasileira: a alienação e a inautenticidade. Nessa perspectiva, ele critica (...) a 'mania' dos brasileiros de utilizar categorias pré-fabricadas fora do país.*
- ²⁹ *Além do mais, recorrendo a fatores que são, por definição, transistóricos e transculturais, arrisca-se a oferecer por explicação aquilo mesmo que é preciso explicar, condena-se, na melhor das hipóteses, a dar conta somente do porquê as instituições se assemelham, deixando escapar, como diz Lévi-Strauss, o que faz sua especificidade histórica e sua originalidade cultural; "uma disciplina cujo alvo primeiro, senão o único, é analisar e interpretar as diferenças, poupa-se de todos os problemas, levando em conta tão somente as semelhanças. Mas, no mesmo golpe, ela perde todo o meio de distinguir o geral que almeja, do banal com que se satisfaz.* (P. BOURDIEU, J.-C. CHAMBOREDON, J.-C. PASSERON [1983].
- ³⁰ *André Brun sublinha que há poucos brasileiros que não falam em nome do povo, uma divindade bem brasileira, prática para fazer passar interesses pessoais pragmáticos, colocando-se sob o signo da sacralidade conveniente.*
- ³¹ *C. Grignon, J.-C. PASSERON [1989].*

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR NEUMA (coord). *Mulheres na força de trabalho na América latina: análises qualitativas*, Vozes. Petrópolis: 1984, 284 p.
- ALMEIDA DA SILVA MARIA D'AJUDA, CARDOZO Lilibeth Maria, GARCIA CASTRO Mary. As empregadas domésticas na Região metropolitana de Rio de Janeiro. *Boletim demográfico*, i.b.g.e., jan/mar 1991, vol.12, n. 1, pp. 26-92.
- ANDERFUHREN MARIE. La maison des autres, "a casa dos outros": l'emploi domestique à Recife, Nordeste du Brésil, *Actes du colloque "Femmes, villes et environnement"*, Genève, 1995, pp. 179-188
- ARONDO MARIA. *Moi, la bonne. Entretiens avec Max Chaleil*, Stock, Paris, coll. Témoigner, 1975, 209 p.
- ARY FARIAS ZAÍRA. *Domesticidade: "cativeiro" feminino?*, Achiamé/CMB. Rio de Janeiro: 1983, 150 p.
- AUBRÉE Marion, LAPLANTINE François. Le livre, la table et les esprits. Naissance, évolution et actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil, Jean Claude Lattès, Paris, 1990, 341 p.
- BASTIDE Roger (dir.). *La femme de couleur en Amérique latine*. Ed. Anthropos. Paris: 1974, 267 p.
- BOURDIEU Pierre. *Le sens pratique*, Les éditions de minuit, coll. Le sens commun. Paris: 1980, 475 p.
- Questions de sociologie*, Les éditions de minuit, coll. Le sens commun, Paris, 1984, 277 p.
- BOURDIEU PIERRE, CHAMBOREDON JEAN-CLAUDE, J.-C. PASSERON JEAN-CLAUDE. *Le métier de sociologue*. Mouton. Paris: 1983, 357 p.
- BOZON Michel, HEILBORN Maria Luiza. "Les caresses et les mots. Initiations amoureuses à Rio de Janeiro et à Paris". *Terrains*: septembre 1996, n. 27, pp.37-58.
- BRITTO DA MOTTA ALDA. *A relação impossível. Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências*. Fortaleza: Imprensa Universitária, vol. 1, 1986, pp. 229-238.
- CANO WILSON, L. GUIMARAES NETO LEONARDO. *Estudos sobre a questão regional, Mudanças sociais no Brasil e contribuição da ciência e*

- tecnologia para o planejamento regional, urbano e habitacional*. Unicamp: Campinas, 1986, 100 p.
- Cardoso Fernando Henrique. *Les idées à leur place. Le concept de développement en Amérique latine*. A. M. Métaillié: Paris, 1984, 200 p.
- Cavalcanti Clóvis, Duarte Renato. *A procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza*: Sudene/Fundaj, Recife, 1980, 176 p.
- Chabot Paul e Michel. *Jean et Yvonne, domestiques en 1900*. Belfond: Paris, 1980, 255 p.
- Chatelain Abel. Migrations et domesticité féminine urbaine en France, XVIIIème siècle-XXème siècle. *Revue d'Histoire économique et sociale*, 1969, n. 4, pp. 506-528
- Da Matta Roberto. *Carnavals, bandits et héros. Ambigüités de la société brésilienne*, Seuil, coll. Esprit, Paris, 1983, 314 p.
- _____. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Guanabara: Rio de Janeiro, 1987, 181 p.
- Brasil e EUA ou as lições do número três, *Brasil e EUA: Religião e Identidade Nacional*. São Paulo: Graal, 1988, pp. 11-26
- Da Silva Geraldo Walmir. *La plage aux requins*, L'Harmattan, coll. Recherches et Documents Amérique Latine. Paris, 1991, 220 p.
- De Castro Josué. *Une zone explosive: le Nordeste du Brésil*, Seuil, coll. Esprit Frontière ouverte. Paris, 1965, 238 p.
- Flipo Anne, Hourriez Jean-Michel. Recourir à une femme de ménage, insee *Première*, novembre 1995, n. 411
- Fraisse Geneviève. *Femmes toutes mains. Essai sur le service domestique*, Seuil, coll. Libre à elles, Paris, 1979, 246 p.
- Freyre Gilberto. *Maîtres et esclaves*, Gallimard, coll. Tel, Paris, 1974, 550 p.
- Grignon Claude, Passeron Jean-Claude. *Le savant et le populaire. Misérabilisme en sociologie et en littérature*, Le Seuil / Gallimard, coll. Hautes Etudes. Paris, 1989, 260 p.
- Grün Roberto. Quem é moderno? Um estudo sobre as estratégias discursivas de gerentes brasileiros, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev. 1992, n.18, pp. 96-108
- Guiral Pierre, Thuillier Guy. Les sources de l'histoire régionale des domestiques au XIX^{ème} siècle, *Revue Historique*, avril-juin 1978, n. 526, pp. 441-451
- La vie quotidienne des domestiques en France au XIX^{ème} siècle*, Privat, Hachette, Paris, 1978
- Gutton Jean-Pierre. *Domestiques et serviteurs dans la France d'Ancien Régime*, Aubier, coll. Historique, Paris, 1981, 252 p.
- Heers Jacques. Esclaves et domestiques au Moyen Age dans le monde méditerranéen, Fyard, Paris, 1981, 296 p.
- Kofes Maria Suely. Mulher, mulheres. Diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas, tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1990, 440 p.
- Lapouge Maryvonne, Pisa Clelia. *Brasileiras*, Ed. Des femmes, Paris, 1977, 360 p.
- Le Magazine. Littéraire*, Ecrivains du Brésil, septembre 1982, n.187, pp. 15-57
- Martin-Figier Anne. La fin des nourrices, *Le mouvement social*, oct.-déc. 1978, pp.11-32
- La place des bonnes. La domesticité féminine en 1900*, Grasset, coll. Biblio essais, Paris, 1979, 405 P
- McBride Theresa M. *The domestic revolution*, Croom Helm, London, 1976, 160 p.
- The modernization of "woman's work", *Journal of Modern History*, june 1977, n. 49, pp. 231-245
- Mouillon Marthe Juliette, Sauget Juliette. Un exemple de migration rurale de la Somme dans la capitale: domestique de la belle époque à Paris (1904-1912), *Etudes de la Région parisienne*, juillet 1970, n. 27, pp.1-9
- Ortiz Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1985, 148 p.
- Pereira Reis Elisa, Reis Fábio Wanderley, Velho Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas, *Revista Brasileira de Ciência Social*, outubro 1997, vol. 35, n. 12, pp. 7-28
- Pereira Soares Marli. *Histoire de Marli. Des femmes au Brésil*, Ed Des femmes, coll. «pour chacune», Paris, 1982, 193 p.

- Perrot Michelle. De la nourrice à l'employée... Travaux de femmes dans la France du XIX^{ème} siècle, *Le mouvement social*, oct.-déc. 1978, pp. 3-10
- Pinto Marcello. Trabalho doméstico, *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade Federal do Ceará, jan-jun 1990, n. 31, pp. 139-163
- Préfaces, Dossier Images du Brésil, juill-sept 1989, n.14, pp. 78-114
- Rabello Sylvio et al. *Participação da mulher no mercado de trabalho*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais / Ministério da Educação e Cultura, Recife, 1969, 150 p.
- Sabatier Jacqueline. *Figaro et son maître. Les domestiques au XVIII^{ème} siècle*, Perrin, coll. Pour l'histoire, Paris, 1984, 338 p.
- Saffiotti Heleieth Iara B. *Emprego doméstico e capitalismo*, col. Sociologia Brasileira, Petrópolis: Vozes, 1978, 200 p.
- Saviani Dermeval. *Ensino público e algumas falas sobre Universidade*, Cortez Editora, Editores Autores associados, col. Polêmicas do Nosso Tempo, 1987, 110 p.
- Schwartzman Simon. As ciências sociais nos anos 90, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, julho de 1991, n.16, pp. 51-60
- Souto dos Santos Ely. As domésticas. Um estudo interdisciplinar da realidade social, política, econômica e jurídica, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 203 P
- Vilhena Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out. 1996, n. 32, pp. 126-149
- Villeneuve-Gokalp Catherine. Les gens de maison, *Population*, mai-juin 1994, n. 3, pp. 774-780